Reflexões sobre a Função da Escola Básica na Pandemia de Covid-19: a Questão da Alimentação

Bibiana Campos
Professora de Língua Portuguesa das redes públicas municipal e estadual do Rio de Janeiro
Mestra em Linguística – PPGL/Uerj; doutoranda em Linguística – PPGL/Uerj

Resumo: A pandemia de Covid-19 fez com que debates éticos e políticos sobre os mais diversos temas viessem à tona. O papel das escolas de educação básica nas sociedades neoliberais foi bastante discutido, especialmente por usuários do sistema público e por profissionais da educação. Para além das dificuldades de adaptação às exigências técnicas e metodológicas que viabilizassem a manutenção dos estudos na modalidade remota, a questão da alimentação dos estudantes foi protagonista de importante luta dos responsáveis por estudantes de escolas públicas. Este artigo pretende registrar o percurso dessa luta dos responsáveis, representados pelo Movimento de Mães, Pais e Responsáveis por Estudantes da Escola Pública Carioca – MovEM-Rio – e trazer reflexões sobre a função da escola, especialmente a pública, durante o isolamento imposto pela pandemia de Covid-19. Houve uma ampliação no entendimento de que a escola deveria "visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", conforme o artigo 205 da Constituição de 1988.
Palavras-chave: Funções da escola básica; Alimentação de estudantes; Isolamento na pandemia de Covid-19.

REFLECTIONS ON THE FUNCTION OF THE BASIC EDUCATION IN THE COVID-19 PANDEMIC: THE ISSUE OF FOOD

Abstract: The Covid-19 pandemic has brought ethical and political debates on a wide range of topics to the fore. The role of basic education schools in neoliberal societies has been much discussed, especially by users of the public system and education professionals. In addition to the difficulties of adapting to the technical and methodological requirements that would make it possible to maintain studies in the remote modality, the issue of student nutrition was the protagonist of an important struggle for those responsible for students in public schools. This article intends to record the course of this struggle of those responsible, represented by the Movement of Mothers, Fathers and Responsible for Students of the Carioca Public School – MovEM-Rio – and bring reflections on the role of the school, especially the public one, during the isolation imposed by the pandemic of Covid-19. There was an expansion in the understanding that the school should "aim at the full development of the person, his preparation for the exercise of citizenship and his qualification for work", as stated in article 205 of the Brazilian Constitution 1988.
Keywords: Functions of the basic school; Student meals; Isolation in the Covid-19 pandemic.

Como professora de Língua Portuguesa da educação básica há quase vinte anos, muitas vezes já li, ouvi e refleti sobre qual a função da escola, especialmente a pública, em nossa sociedade. Inúmeras foram as reuniões em que profissionais da educação discutimos sobre "que escola queremos?", sobre o que nós, "conhecedores das pedagogias", julgávamos – pretensiosamente – ser o melhor para as comunidades escolares nas quais atuávamos. Sonhávamos em mudar realidades a partir de experiências de ensino-aprendizagem construtivistas, discursivas... Discutíamos formas de aproximar os currículos de aplicações práticas na vida em sociedade para que os conteúdos fizessem sentido para os estudantes, na verdade, para todos nós. Então, chega o ano de 2020.

Mais um começo... um início de ano letivo. O planejamento está feito, depois de umas merecidas férias, com mil ideias mirabolantes na cabeça. A escola ainda está vazia. Tudo é silêncio, menos o *tuntum* do coração que bate forte de ansiedade. As colegas e os colegas começam a chegar. Logo as falas vão tomando vulto e parece que aquelas vozes vão preenchendo cada espacinho deixado na escola no silencioso janeiro. Entre cafés e bolos, ajustamos as ideias para que tudo saia da melhor forma. São dias felizes de reencontro com amigas e amigos e com o trabalho.

Então as aulas recomeçam e algumas centenas de sonhos adentram a escola: confusão, gritaria, abraços, muitos abraços. Lotam-se as salas de aula (sempre apertadas para tantos sonhos). É a nossa vez de buscarmos

nosso espacinho e conhecermos "nossas" turmas. Já no primeiro encontro com os estudantes, *tuntuntuntuntuntum*… lá se foi o planejamento mirabolante. Tudo será diferente. A turma pede, o momento pede, as circunstâncias também. Não há volta. Será um dia de cada vez e, a cada semana, mais alguns passos em direção ao novo horizonte – desafiador, mais restrito, e com um baita ponto de interrogação: há uma pandemia de Covid-19 matando pessoas no mundo todo.

A essa altura, tinha uma visão bem diferente daquela que tenho hoje sobre o papel da escola pública para a sociedade. Pensava que a escola pública era fundamental para a formação de cidadãos críticos e com capacidade de gerir suas vidas e resolver problemas. Questionava o currículo e a metodologia, me preocupava com as dimensões éticas, com o empoderamento das meninas, com as questões raciais e de gênero e com a tão desejável relação estreita entre escola e comunidade escolar. Trabalhava por uma escola pública que pretendia que fosse de qualidade social. Apesar de falar no passado, nenhuma dessas questões foi abandonada por mim. Apenas percebi que "o buraco é muito mais embaixo". O "buraco" está na barriga daqueles que têm fome. Daqueles que têm a escola como um refúgio para a segurança alimentar.

A Constituição Federal de 1988 trata a educação como um direito social (Art. 6º) e dedica a primeira seção do Capítulo III do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais) para normatizar a educação pretendida para o povo brasileiro, designando seus responsáveis, suas competências e atribuições. Já o artigo 205 declara, a educação é "direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, Constituição Federal, art. 205, 1988).

Essa visão mais formalista da educação talvez se aproxime daquela partilhada pelo chamado "senso comum" e, no limite, também era ponto de partida para os processos reflexivos que fiz durante meu percurso como licenciada e professora da rede pública de educação do Rio de Janeiro, até que, a partir de 16 de março de 2020, as escolas precisaram ser fechadas a fim de garantir o isolamento necessário e conter a disseminação do coronavírus. Foi aí que minha percepção da função da escola começou a mudar.

Como disse Suely Rolnik (2017), "basta estar vivo para ser afectado pelas forças do mundo". Quando isso ocorre, o mundo que o sujeito tem como estruturado, que lhe é perceptível e familiar, entra em conflito com aquilo que lhe causa o estranhamento, mas ambos coexistem. A tensão gerada por esse *estranho-familiar* é o que provoca aquilo que vai agir para tentar recobrar o equilíbrio: o desejo. Será função dele criar algo que germine até que a experiência subjetiva que causou *afecção* faça parte da "realidade" do sujeito, o que tem por efeito deslocar essa realidade e a própria subjetividade (ROLNIK, 2017). É na desestabilização, na tensão, no deslocamento da realidade provocado pelo desejo que se propicia um campo fértil para a produção de outros sentidos.

As rupturas provocadas pela pandemia, as medidas impostas por políticas neoliberais muito mais preocupadas com a economia do que com a sobrevivência do povo, a insensibilidade de muitos sobre as dificuldades impostas pelo fechamento das escolas me fizeram pensar que nós, professores, estávamos servindo de forma dócil e útil a um governo negacionista, legitimando e reproduzindo essas práticas de poder por adestramento. Essa *afecção* promoveu em mim reflexões e intenções de mudanças acerca da naturalização dessas práticas "educativas".

Durante o chamado "isolamento" decorrente da pandemia de Covid-19, as escolas básicas – públicas e privadas – criaram uma série de estratégias a fim de manter vínculos educacionais com as comunidades escolares. Mas as disparidades entre o público e o privado tornaram-se ainda mais evidentes. As escolas particulares rapidamente ofereceram "aulas *on-line*", mediante encontros virtuais síncronos, no intuito de não perderem sua "clientela", que, afinal, deveria seguir pagando pelo serviço educacional que era oferecido. Vendia-se a ideia de que estariam adaptadas à "nova realidade de educação".[1]

Já as escolas que atendiam às camadas mais populares, especialmente as escolas públicas municipais e estaduais, enfrentaram problemas de toda ordem: desde estudantes e profissionais da educação que não dispunham de um local nem de equipamentos eletrônicos adequados para encontros síncronos virtuais, passando pela falta de acesso à internet e mesmo de conhecimentos básicos sobre como manejar esses equipamentos, até questões graves de carência na alimentação dos estudantes.

Assim, o papel da escola – e da educação em geral – precisou ser redefinido no plano concreto e no plano das ideações. Nesse movimento, responsáveis por estudantes da rede pública do Rio de Janeiro[2] viram-se convocados a se manifestar e a se posicionar sobre o retorno às aulas presenciais. Para alguns, havia a possibilidade de acompanhar as propostas escolares com os recursos familiares próprios, mas a grande maioria das famílias usuárias da educação pública não dispu-

nha dos aparelhos necessários, tampouco condições de adquiri-los. Além disso, muitos responsáveis necessitavam sair para trabalhar e não tinham como cuidar dos estudantes, outros tantos perderam suas fontes de renda e não podiam sequer alimentá-los. Assim, a "nova realidade da educação pública" se tornou caótica.

O governo municipal não foi capaz de organizar uma maneira de garantir a alimentação de milhares de estudantes privados das refeições nas escolas, quiçá solucionou minimamente a questão da aquisição de aparelhos para os estudos remotos. Quando muito, fez um convênio com as companhias telefônicas para darem acesso gratuito de dados apenas para uso em aplicativos escolares. Se o professor quisesse indicar um vídeo disponível em outro *site*, não havia gratuidade de dados para os estudantes o acessarem.

Professores, muitas vezes desorientados e despreparados para lidar com a situação, trabalhavam exaustivamente preparando atividades para os estudantes – teoricamente – acessarem pelas plataformas de "salas de aula remotas". Davam "aulas" síncronas para dois, três alunos por turma e ainda preparavam materiais a serem impressos para aqueles (quase todos) que não tinham acesso à internet. O retorno às aulas presenciais era inviável por conta do grande risco de disseminação do coronavírus, mas a carga de responsabilidade de garantir a educação de forma remota que incidiu sobre professores e estudantes era injusta: de um momento para o outro, todos deveriam se adaptar à "nova realidade". O governo cobrava produção, ainda que não proporcionasse as mínimas condições para tal.

A comodidade do agir de acordo com esses discursos produzidos a favor do capitalismo neoliberal em que vivemos sustenta a manutenção da relação de poder entre o dominante e o dominado. Foucault reflete que, se olharmos para como se dão as relações humanas na microfísica do poder,[3] podemos encontrar o ponto em que pode haver resistência: o poder do dominante só existe se houver o dominado. Se deixarmos a cômoda situação de sujeitos dóceis e conformados com o sistema, há como transformarmos essa relação de poder estabelecida. No entanto, vozes dissonantes espalhadas não costumam ser ouvidas, e os depoimentos de professores sobrecarregados e de responsáveis e estudantes desesperados se dissipavam em meio às notícias assustadoras sobre a Covid-19.

Assim, em busca de não ser apenas uma voz perdida na multidão de resignados e a fim de compor com aqueles que estavam discutindo essas políticas e práticas escolares durante a pandemia, aproximei-me do Movimento de Mães, Pais e Responsáveis por Estudantes da Escola Pública Carioca (MovEM-Rio). Esse movimento de ativistas existe desde o início de 2019 e discute – presencial e virtualmente – as principais questões que afetam as comunidades escolares da rede municipal de educação do Rio de Janeiro. A união e a escuta daqueles – todos que queiram se manifestar – participantes ativos das escolas são os primeiros passos, mas não o fim: essas histórias e opiniões devem servir para desestabilizar e ampliar as reflexões e ações sobre as escolas públicas.

Em sua leitura sobre poder e resistência em Foucault, Simone Sampaio sintetiza:

> Na concepção foucaultiana do poder como relação de forças, se o poder existe como resultado de uma força, ele não se move sozinho. Aí está a potência da resistência como elemento primeiro na mobilização e nas ações conjugadas naquela relação. A proliferação dos pontos de ataque, as ações forçadas pelas lutas contra o poder, obrigam-no a estar em toda a parte. Assim, o poder é apresentado como história reativa, e o movimento de resistência, como ativação da história. (SAMPAIO, 2006, p. 129)

Processos micropolíticos que inicialmente diziam respeito a cada indivíduo, a como cada pessoa percebia e agia diante de instruções do isolamento, e, mais tarde, das ameaças de voltar às aulas sem adequação sanitária, envolveram-se macropoliticamente no que tangem seus reflexos em toda a sociedade. Grande parte da população que necessitava trabalhar presencialmente enfrentava, além do medo da morte, o terror de não ter onde deixar seus filhos em segurança física e alimentar. Até que outras práticas micropolíticas, como as manifestadas pelo MovEM-Rio, trouxeram à tona que essas questões, afinal, não eram individuais, mas sociais, de responsabilidade dos governantes. A decisão do retorno às aulas durante a pandemia, como se daria esse processo e a garantia de alimentação dos estudantes – assim como diversas outras políticas públicas emergenciais nessa condição pandêmica – diziam respeito à sociedade e precisavam ser enfrentadas macropoliticamente.[4]

Em 13 de abril de 2020, em sua primeira postagem após o início da pandemia de Covid-19, o MovEM-Rio divulgou em sua página no *Facebook* um cadastramento que estava sendo feito pela Prefeitura para que os responsáveis por estudantes – que não faziam parte de nenhum programa de assistência social – recebessem R$ 100,00 enquanto as escolas permanecessem fechadas. A ideia era manter esse auxílio com os recursos que seriam destinados à merenda das escolas, durante todo o período em que as escolas permanecessem fechadas para as aulas presenciais. O aviso da Secretaria Municipal de Educação era o seguinte:

> Buscando o cadastro de responsáveis de alunos matriculados nas Escolas Municipais da Prefeitura do Rio de Janeiro e que não estão inscritos em nenhum programa social, enviamos, abaixo, o link para que o responsável possa realizar o preenchimento para solicitação do cartão alimentação, no valor de R$ 100,00 (Cem Reais).
> Informamos que os dados preenchidos são de inteira responsabilidade do responsável e que os mesmos serão analisados para posterior recebimento do benefício, que será pago enquanto durar o fechamento das Unidades Escolares. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2020)[5]

Divulgaram, ainda, um *link*[6] para o cadastramento, mas na postagem no Facebook o MovEM-Rio já alertava sobre obstáculos técnicos para se conectar à página indicada pela Prefeitura por conta do grande número de acessos. E, realmente, nos comentários à postagem ficou confirmada a dificuldade dos responsáveis em completar o cadastro naquele primeiro momento. Segundo informação encontrada no *site* do jornal *O Globo*, até julho de 2020 somente os estudantes cadastrados em programas sociais haviam recebido algum tipo de auxílio (cem reais ou cesta básica).[7]

A Defensoria Pública também lançou um formulário, mas com a finalidade de conhecer as reais necessidades dos estudantes durante a pandemia de Covid-19. A apresentação do formulário da Defensoria tinha o seguinte teor:

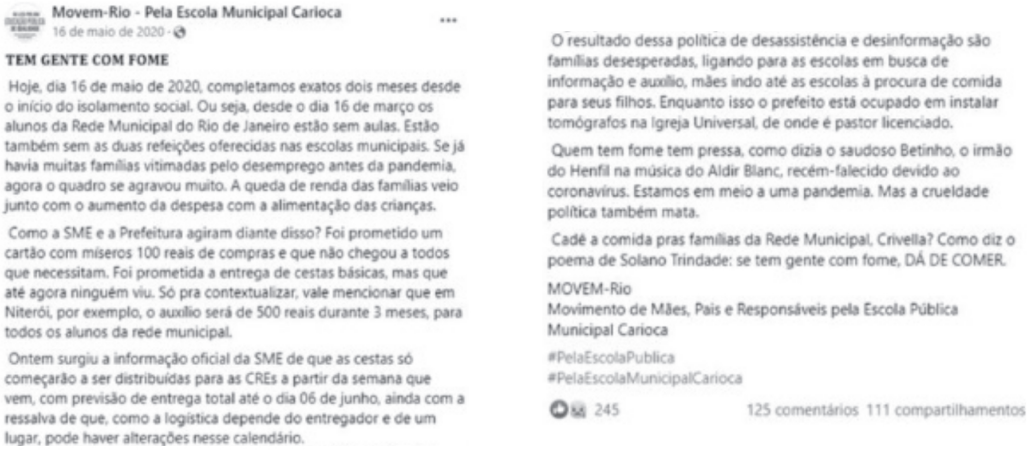
> Estudantes e Responsáveis, de escolas públicas e particulares do estado do RJ,
> A Defensoria Pública quer saber quais dificuldades vocês vêm enfrentando em tempos de escolas fechadas pela pandemia. **Respondam agora o questionário e nos ajudem a defender melhor os direitos de estudantes e suas famílias:** https://bit.ly/EstudantesNaPandemia.
> Esse questionário leva **apenas 5 a 10 minutos para ser respondido**, e pode ser **decisivo para melhorar a educação para todas e todos**. Não deixem de responder.
> Sabemos que as aulas pela internet não são acessíveis a todas as pessoas. Além disso, temos conhecimento das dificuldades financeiras de muitas famílias. Para que a Defensoria possa agir cada vez melhor sobre esses problemas, é importante que o máximo de pessoas responda este questionário: https://bit.ly/EstudantesNaPandemia. (DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO, 2020)[8]

Nesse formulário, havia perguntas sobre o recebimento de auxílio-alimentação para os estudantes ou recebimento de cestas básicas e se isso era suficiente para substituir a alimentação que o estudante receberia na escola. A Defensoria Pública do Rio de Janeiro conseguiu uma liminar que garantia auxílio-alimentação para os estudantes em substituição à merenda escolar.[9] O acordo com a Prefeitura era de que todos os estudantes da rede municipal de educação fossem contemplados.

Ainda que teoricamente algumas providências estivessem sendo tomadas para amenizar os riscos de estudantes em condições de insegurança alimentar, a prática da distribuição e recarga dos cartões-alimentação e, mais tarde, da distribuição de cestas básicas não era regular. Muitos estudantes não recebiam qualquer auxílio em substituição à merenda e logo isso se tornou a principal preocupação do MovEM-Rio.

Até hoje, em 2023, ao abrirmos a página no Facebook do MovEM-Rio, é possível perceber que a luta pela segurança alimentar dos estudantes permaneceu durante todo o período em que as escolas estiveram fechadas e, mesmo após o retorno, muitos têm sido os embates por conta da garantia da alimentação. Logo, em maio de 2020, o MovEM-Rio divulgou uma "carta aberta" questionando a forma como a Prefeitura do Rio de Janeiro vinha lidando com a questão da alimentação dos estudantes em isolamento. A seguir, imagem da carta publicada:

Figura 1: Print da carta aberta do MovEM-Rio de 16 de maio de 2020



Movem-Rio - Pela Escola Municipal Carioca
16 de maio de 2020

TEM GENTE COM FOME

Hoje, dia 16 de maio de 2020, completamos exatos dois meses desde o início do isolamento social. Ou seja, desde o dia 16 de março os alunos da Rede Municipal do Rio de Janeiro estão sem aulas. Estão também sem as duas refeições oferecidas nas escolas municipais. Se já havia muitas famílias vitimadas pelo desemprego antes da pandemia, agora o quadro se agravou muito. A queda de renda das famílias veio junto com o aumento da despesa com a alimentação das crianças.

Como a SME e a Prefeitura agiram diante disso? Foi prometido um cartão com míseros 100 reais de compras e que não chegou a todos que necessitam. Foi prometida a entrega de cestas básicas, mas que até agora ninguém viu. Só pra contextualizar, vale mencionar que em Niterói, por exemplo, o auxílio será de 500 reais durante 3 meses, para todos os alunos da rede municipal.

Ontem surgiu a informação oficial da SME de que as cestas só começarão a ser distribuídas para as CREs a partir da semana que vem, com previsão de entrega total até o dia 06 de junho, ainda com a ressalva de que, como a logística depende do entregador e de um lugar, pode haver alterações nesse calendário.

O resultado dessa política de desassistência e desinformação são famílias desesperadas, ligando para as escolas em busca de informação e auxílio, mães indo até as escolas à procura de comida para seus filhos. Enquanto isso o prefeito está ocupado em instalar tomógrafos na Igreja Universal, de onde é pastor licenciado.

Quem tem fome tem pressa, como dizia o saudoso Betinho, o irmão do Henfil na música do Aldir Blanc, recém-falecido devido ao coronavírus. Estamos em meio a uma pandemia. Mas a crueldade política também mata.

Cadê a comida pras famílias da Rede Municipal, Crivella? Como diz o poema de Solano Trindade: se tem gente com fome, DÁ DE COMER.

MOVEM-Rio
Movimento de Mães, Pais e Responsáveis pela Escola Pública Municipal Carioca

#PelaEscolaPublica
#PelaEscolaMunicipalCarioca

245 125 comentários 111 compartilhamentos

Fonte: Facebook. **MovEM-Rio.** Tem gente com fome. Rio de Janeiro, 16 mai. 2020. Disponível em: https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid0275U3PNjB6ebED2jnaGp3H2hGBo2RULsgW5FyVBpfLc5CmvWELLNEk1w6FaFZuk9al Acesso em: 9 ago. 2022.

Nesta "carta aberta", é possível observar algumas estratégias do MovEM-Rio de denúncia e proposição de reflexão que vão dos planos da informação, passando pela cobrança indireta das autoridades, até a cobrança direta de ações do prefeito. Destacam-se ainda as referências ao sociólogo Hebert de Souza (Betinho), que foi um importante ativista contra a fome no Brasil; ao músico e compositor Aldir Blanc, falecido por Covid-19; e ao poeta Solano Trindade, com citação de um verso de seu poema "Tem gente com fome". O professor Fábio Sampaio (CEFET-RJ) aponta que:

> A questão da fome é indissociável das relações étnico-raciais no país, pois faz parte de um projeto macro e necropolítico de extermínio dos grupos racializados no país. A maior parte da população pobre no Rio de Janeiro é negra, a maior parte dos alunos da escola municipal é negra, a maioria das pessoas afetadas pela crise da Covid é negra, a maioria dos mortos de Covid é negra. E quando o Movem-Rio traz Solano Trindade em sua carta há um diálogo explícito com essa questão. (SAMPAIO, 2022)[10]

O artigo terceiro da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, dispõe que "a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas ao atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei" (BRASIL, 2009). Os estudantes de escolas integrais, segundo o *site* da Prefeitura do Rio de Janeiro,[11] recebem três "refeições" diárias na escola: desjejum (normalmente uma bebida láctea, biscoito ou pão e uma fruta), almoço (arroz, feijão, uma proteína, um legume e uma fruta de sobremesa) e um lanche à tarde (semelhante ao desjejum). As crianças matriculadas na educação infantil integral recebem quatro refeições, e estudantes de turno parcial – somente manhã, tarde ou noite – recebem duas "refeições", o desjejum/lanche e o almoço ou a janta. Essas alimentações garantidas por lei são, para muitas famílias, a segurança alimentar de que seus filhos não passarão o dia sem comer, mas também a possibilidade de "economia" para que outros membros da família possam se alimentar.

Porém, infelizmente, durante os primeiros quatro meses de pandemia, a lei não foi cumprida na íntegra e inúmeros estudantes ficaram desamparados e viveram o terror da insegurança alimentar.[12] E como bem colocado na "carta aberta" do MovEM-Rio, o desamparo alimentar dos estudantes por parte do governo impactou o orçamento das famílias justamente em um momento em que o desemprego havia aumentado muito por conta da pandemia. Cabe ainda trazer o alarmante dado que hoje, por conta de um governo federal irresponsável e que teve políticas desastrosas especialmente no enfrentamento à Covid-19, temos mais de 14 milhões de novos brasileiros no mapa da fome, totalizando 33 milhões nessa situação.[13]

Em junho de 2020, em entrevista à TV Globo, o prefeito Crivella foi questionado por uma mãe de estudante sobre a suspensão do cartão com auxílio de R$ 100,00. Segundo o *site* UOL,[14] o prefeito justificou a suspensão afirmando que "o cartão, nós tivemos um problema, porque tinha muita gente usando para comprar cachaça e cigarro. Então, o que aconteceu foi o seguinte: o MP proibiu o cartão" (UOL, 2020). No entanto, em nota oficial, o Ministério Público respondeu:

Em junho de 2020, em entrevista à TV Globo, o prefeito Crivella foi questionado por uma mãe de estudante sobre a suspensão do cartão com auxílio de R$100,00. Segundo o site UOL[1], o prefeito justificou a suspensão afirmando que "O cartão, nós tivemos um problema, porque tinha muita gente usando para comprar cachaça e cigarro. Então, o que aconteceu foi o seguinte: o MP proibiu o cartão" (UOL, 2020). No entanto, diz o site de notícias que, em nota oficial, o Ministério Público respondeu:

> O Grupo de Atuação Especializada em Educação (GAEDUC/MPRJ) esclarece que não tem conhecimento sobre a expedição de recomendação ou do ajuizamento de ação requerendo a proibição da distribuição ou da recarga dos cartões alimentação entregues a famílias de alunos da rede municipal pública de ensino. (UOL, 2020)

A infeliz declaração do mais infeliz prefeito, além de produzir um efeito moralista e preconceituoso, foi desmentida publicamente pelo órgão citado como mandante da proibição. Em 7 de julho de 2020, o *site* do jornal *O Globo* noticiou a universalização de um auxílio no valor de R$ 50,00 para todos os estudantes da rede pública municipal do Rio de Janeiro.[15] Não encontrei uma base de cálculo que justificasse o valor inicial de R$ 100,00 para o auxílio, muito menos sua queda pela metade nesse segundo momento.

Um dia após essa notícia, uma mãe publicou um "desabafo" na página do MovEM-Rio, no Facebook. Ela relatou a demora para receber a cesta básica e sua decepção com seu conteúdo. Logo, uma série de comentários denunciou conteúdos diferentes em suas cestas, mas não havia um depoimento de satisfação, apenas questionamentos sobre as diferenças de produtos e demora no recebimento. Muitas pessoas disseram que até aquela data não haviam sido chamadas pela escola para receber auxílio.

Uma mãe fotografou todo o conteúdo da sua cesta

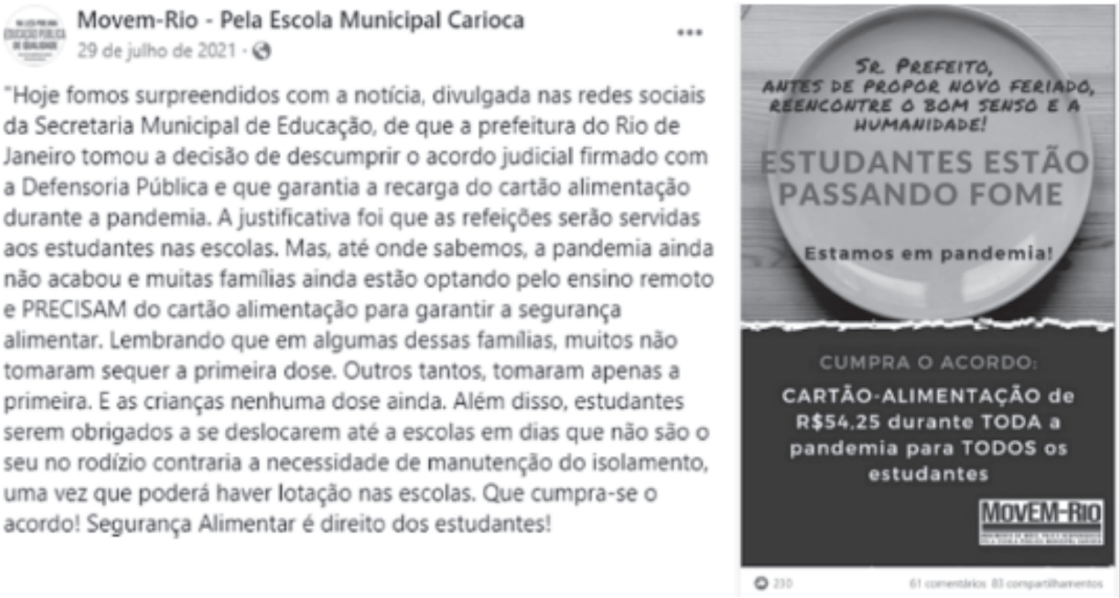
que era composta de 900 ml de óleo, 1 kg de sal, 1 kg de arroz, 1 kg de feijão, 500 g de macarrão, 200 g de aveia, 1 kg de açúcar, 500 g de amido de milho, 1 pacote de biscoito maizena e 3 pacotes de 400 g de mistura em pó sabor leite, além de duas dúzias de ovos. Ela comentou sua própria foto, em tom de ironia: "Esta é a cesta dada pela prefeitura, acrescida de 2 dúzias de ovos. Supre bem a alimentação nesses quase 4 meses né?" (MovEM-Rio, 2020).

O MovEM-Rio seguiu acompanhando a questão da alimentação e, em 17 de julho de 2020, propôs uma conta matemática a fim de denunciar o descaso da Prefeitura com o cumprimento da Lei 11.947/2009 (BRASIL, 2009):

> Vamos fazer um exercício simples de matemática?
> A rede municipal de ensino do Rio de Janeiro tem cerca de 640 mil estudantes. O Ministério Público obrigou a Secretaria de Educação a dar uma cesta básica ou cartão alimentação pra cada criança.
> Uma cesta ou cartão vale por um mês. Estamos há 4 meses com as escolas fechadas, portanto, para atender a todos os estudantes precisaríamos de 4 entregas para cada um, ou seja, 2.560.000 cestas ou cartões ao todo.
> Mas a SME parece bem satisfeita e orgulhosa em anunciar aos quatro ventos em seus canais oficiais que distribuiu 330 mil benefícios desde o início da pandemia, em março - o que significa que temos um déficit de 2.230.000 benefícios!
> São estudantes com fome, prefeito! Como é possível você se orgulhar disso? (MovEM-Rio, 2020) [Falta a fonte desta referência]

No ano seguinte, já sob o governo do prefeito Eduardo Paes, o cuidado com a alimentação dos estudantes não melhorou muito, mas o MovEM-Rio foi eleito para ocupar uma cadeira no Conselho de Alimentação Escolar do Município do Rio de Janeiro. Luciana do Nascimento foi a representante do MovEM-Rio empossada nesse conselho. Ainda assim, as ameaças de insegurança alimentar pelas políticas públicas do prefeito Paes eram constantes.

Figura 2: *Print* da denúncia do MovEM-Rio, em sua página do Facebook

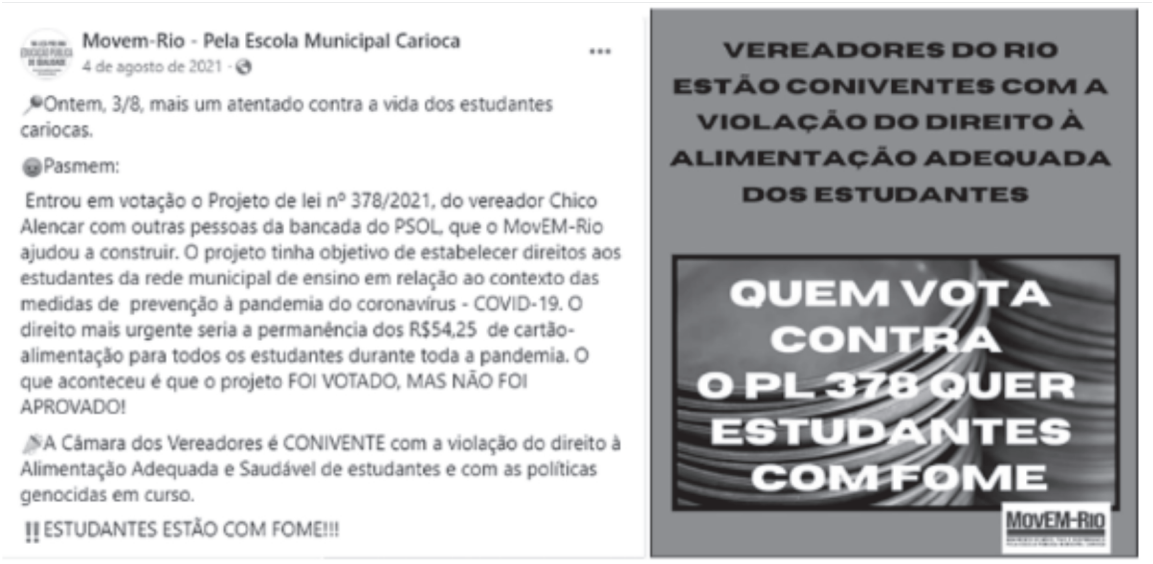


Fonte: Facebook. MovEM-Rio. Hoje fomos surpreendidos com a notícia, divulgada nas redes sociais da Secretaria Municipal de Educação, de que a prefeitura do Rio de Janeiro (...). Rio de Janeiro, 29 jul., 2020.

Em maio de 2021, as aulas voltaram em todas as escolas municipais, porém, em regime de revezamento. A depender do tamanho das turmas, alunos tinham aula semana sim, semana não, e, em alguns casos, podiam ficar até duas semanas sem aula. Além disso, a volta às aulas presenciais era "voluntária" para os estudantes, pois ainda não haviam sido vacinados. A questão é que os estudantes que não voltaram às aulas, com a suspensão do cartão alimentação, ficariam privados desse benefício. E mesmo os que voltaram não teriam sua alimentação garantida nos períodos de revezamento em que tivessem de ficar em casa, a menos que fossem à escola para fazer as refeições, o que geraria a aglomeração que se tentava evitar à época.

Em 4 de agosto de 2021, o cartão-alimentação foi efetivamente vetado pela maioria da Câmara de Vereadores. O MovEM-Rio havia ajudado a construir um projeto de lei, junto ao vereador Chico Alencar que, entre outros direitos, garantia a manutenção do cartão-alimentação aos estudantes. Em sua página no Facebook, o MovEM-Rio denunciou o duro golpe e apontou os culpados.

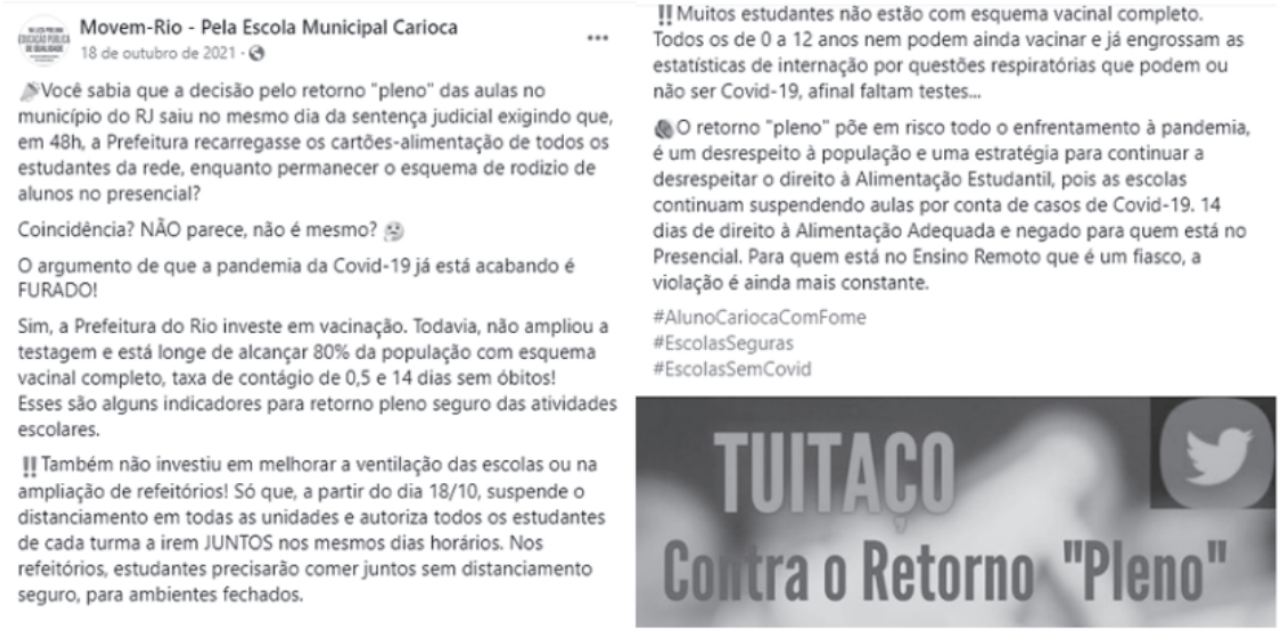
Figura 3: *Print* da denúncia do MovEM-Rio sobre a votação do Projeto de Lei Municipal 378/2021



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio.** Ontem, 03/08, mais um atentado contra a vida dos estudantes. Rio de Janeiro, 4 ago., 2020. Disponível em: https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid02UbC7vraHifnEH6w6Zr1SSA99cJahGEHuW5EwYi4RVVLLXMbF7r4vU9UrhypmVtdJl Acesso em: 10 ago. 2022.

A luta continuou e, em 21 de setembro de 2021 a justiça determinou que os cartões fossem recarregados. A prefeitura recorreu e o "cabo de guerra" seguiu. Até que em 18 de outubro de 2021 o MovEM-Rio fez sua última publicação do ano sobre alimentação. Nela, denunciava que a decisão de retorno pleno[16] às aulas presenciais acontecera como uma estratégia para evitar a recarga dos cartões alimentação.

Figura 4: *Print* da postagem do MovEM-Rio e convocação para "Tuitaço"



Fonte: Facebook. MovEM-Rio. Você sabia que a decisão do retorno "pleno" das aulas (...). Rio de Janeiro, 18 out. 2021. Disponível em: https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid02D7p7RXvBJtNy293PyBUhtG2qJgPJ8Sv1FpzTerghiqUgNE6rLZktDs51bKtWNsZXl Acesso em: 10 ago. 2022.

Essa narrativa evidencia políticas de descaso e desrespeito com a educação pública e seus usuários. Minha atenção ao problema da volta às aulas durante a pandemia, que em princípio era "aberta e sem foco", mediante o "rastreio" do objeto, me aproximou da questão da alimentação, permitindo um recontato exploratório, de recuperação de uma memória que leva ao conhecimento desse objeto (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009 [2015, p. 40-41]). Argumentos contra o retorno às aulas como "escola não é depósito de crinças" que eu muito ouvia e sempre me soava extremamente desconfortável, agora ultrapassam o desconforto e chegam à inadimissibilidade.

Entendo, agora, que a escola não só é um local seguro para as crianças estarem enquanto seus responsáveis trabalham, como é um espaço garantidor de segurança alimentar para inúmeras famílias. E quando não há possibilidade de se estar na escola, – como aconteceu durante o isolamento e depois no revezamento de alunos na pandemia –, é imprescindível que o Estado garanta a segurança (física, psicológica e alimentar) dos estudantes. Ou seja, todas aquelas questões que eu considerava como papel fundamental da escola como uma organização de cunho social, elencadas no início deste artigo, agora são acrescidas de uma escola como território seguro em toda a amplitude desse conceito.

Referências

ABREU FILHO, Nylson Paim de (org.). **Constituição Federal**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 6. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 3. Tradução: Aurélio Guerra Neto; Ana Lúcia de Oliveira; Lúcia Cláudia Leão; Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1996.

GIACOIA JR., Oswaldo. **Quem somos nós?**: Michel Foucault por Oswaldo Giacoia Júnior. YouTube, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5XcxVHo4o2c Acesso em: 10 ago. 2020

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MovEM-Rio. Vamos fazer um exercício simples de matemática? Rio de Janeiro, 17 jul., 2020. Facebook: MovEM-Rio - Pela Escola Municipal Carioca. Disponível em < https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid02> Acesso em: 10/08/2022.

MovEM-Rio. Hoje fomos surpreendidos com a notícia, divulgada nas redes sociais da Secretaria Municipal de Educação, de que a prefeitura do Rio de Janeiro (...). Rio de Janeiro, 29 jul., 2020. Disponível em: https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid0VSmvdKmEUHutURpdbKiUi6qs5UvcsCKoJ3ohPRqJNzBXiArbxL2nCd97CvKA9rB8l Acesso em: 10 ago. 2022.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SAMPAIO, Simone Sobral. **Foucault e a resistência.** Goiânia: Editora da UFG, 2006.

ROLNIK, Suely. **Subjetividade contemporânea:** crise da identidade moderna. YouTube, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GjsRiQB_5DY. Acesso em: 29 jul. 2020.

UOL. Crivella diz que MP proibiu auxílio para cesta básica, mas órgão desmente.**UOL**.28/06/2020. Disponível em https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/06/28/mp-desmente-crivella-sobre-uso-de-auxilio-para-comprar-cigarro-e-cachaca.htm. Acesso em: 10/08/2022.

Notas

[1] Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/06/28/mp-desmente-crivella-sobre-uso-de-auxilio-para-comprar-cigarro-e-cachaca.htm. Acesso em 10/08/2022.

Essa "nova realidade de educação a distância " se refere aos recursos materiais necessários para viabilização de aulas remotas, como aparelhos com acesso à internet para todos os estudantes, espaços apropriados aos estudos, segurança física e alimentar... bem como condições de se apropriar tecnologicamente de aplicativos desenvolvidos para fins educacionais e de aulas síncronas – encontros remotos em tempo real etc.

[2] Essas questões se repetiram em muitos outros lugares do Brasil e do mundo, mas, neste artigo, tratarei da experiência carioca, pois é na rede pública desse território que atuo.

[3] "capilarmente, no seu meio, no seu condomínio..."

" (GIACOIA, 2017).

[4] Compreendo, a partir do capítulo "Micropolítica e segmentaridade", do terceiro volume de *Mil platôs* (DELEUZE; GUATTARI, [1980]/1996), que as sociedades

e os indivíduos são atravessados por micro e por macropolíticas, afinal "tudo é político" (p. 90). E quando falo aqui em política pública emergencial a ser enfrentada macropoliticamente, me refiro ao Estado como instituição centralizadora de algumas possíveis ações impactantes em toda a sociedade.

[5] O endereço do *link* disponibilizado é: https://cartao-alimentacao.apps.rio.gov.br, no entanto, tal como os responsáveis que comentaram na página do MovEM-Rio, também não consegui abrir o *link*. Como expliquei acima, copiei este chamado para cadastramento de uma postagem na página do MovEM-Rio.

[6] "Um *link* (abreviação de *hyperlink*) é um HTML objeto que permite saltar para um novo local ao clicar ou tocar nele. Os *links* são encontrados em quase todos as páginas da *web* e fornece um meio simples de navegar entre as páginas da *we*b." Definição disponível em: https://techlib.wiki/definition/link.html. Acesso em: 16 ago. 2022.

[7] Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/crivella-anuncia-distribuicao-de-cartao-cesta-basica-de-50-para-os-650-mil-alunos-da-rede-publica-municipal-1-24520438. Acesso em: 9 ago. 2022.

[8] Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSek_02FJa3Ql4voXfCq-jo9Sh8AxoQg53vtt7K4w-keOFCgvw/viewform?fbclid=IwAR3TB5O-bcuA0q8C2upsKErPMs4v30qWTXce-aaLct1WydCCBsnhXQfrJS0. Acesso em 9 ago. 2022.

[9] Disponível em: https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/20498-Defensoria-cobra-pagamento-de-cartoes-alimentacao-da-rede-municipal. Acesso em: 9 ago. 2022.

[10] Comentário do Prof. Dr. Fábio Sampaio, integrante da banca de análise da minha dissertação intitulada "Coletivo ético e político: uma análise cartográfica interdiscursiva sobre a volta às aulas durante a pandemia de Covid-19", defendida em 29 nov. 2022, Programa de Pós-Graduação em Letras da Uerj.

[11] Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?id=6482166. Acesso em: 9 ago. 2022.

[12] "A insegurança alimentar é um fenômeno que ocorre quando um indivíduo não possui acesso físico, econômico e social a alimentos de forma a satisfazer as suas necessidades, conforme a definição da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)." Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/inseguranca-alimentar.htm. Acesso em: 9 ago. 2022.

[13] Dados disponíveis em: https://www.brasilsemfome.org.br. Acesso em: 9 ago. 2022.

[14] Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/06/28/mp-desmente-crivella-sobre-uso-de-auxilio-para-comprar-cigarro-e-cachaca.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

[15] Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/crivella-anuncia-distribuicao-de-cartao-cesta-basica-de-50-para-os-650-mil-alunos-da-rede-publica-municipal-1-24520438. Acesso em: 9 ago. 2022.

[16] Fim do revezamento de alunos e distanciamento mínimo recomendados.